


CONHECIMENTO, LINGUAGEM E VERDADE SEGUNDO JOHN LOCKE

 <https://doi.org/10.56238/arev6n4-465>

Data de submissão: 29/11/2024

Data de publicação: 29/12/2024

Gustavo Araújo Batista
Universidade de Uberaba (UNIUBE)
Centro Universitário Mário Palmério (UNIFUCAMP)
E-mail: mrgugaster@gmail.com

RESUMO

Este texto consiste no resultado duma pesquisa teórica sobre o filósofo inglês John Locke (1632-1704), cujo objetivo é tratar de três categorias do seu pensamento, a saber: conhecimento, linguagem e verdade. Desse modo, a questão que se propõe a responder é a seguinte: Qual a relação entre o conhecimento, a linguagem e a verdade, de acordo com o pensamento lockeano? A justificativa da presente investigação funda-se na necessidade de esclarecer os vínculos entre tais categorias no âmbito de sua filosofia. Sua principal obra em matéria de epistemologia (Ensaio sobre o entendimento humano) será a referência teórica para a construção da argumentação presente neste trabalho de investigação.

Palavras-chave: Conhecimento. John Locke, Linguagem. Verdade.

1 INTRODUÇÃO

John Locke (1632-1704), cuja obra constitui referência tanto para a epistemologia em geral quanto para o empirismo em particular, é um autor que traz contribuições para a reflexão acerca da relação entre o conhecimento, a linguagem e a verdade. Assim, a proposta deste texto é explicitar como se expressa tal relação em seu pensamento, tratando-se, primeiramente, da questão do conhecimento; em seguida, da questão da linguagem; por último, da questão da verdade. Sua obra intitulada *Ensaio sobre o entendimento humano* (doravante denominada, simplesmente, *Ensaio*) é a referência fundamental da qual se serviu para subsidiar a argumentação desenvolvida neste texto.

2 A QUESTÃO DO CONHECIMENTO EM JOHN LOCKE

Discorrer acerca da categoria ‘conhecimento’, assim como acerca das categorias que a ele dizem respeito de maneira mais próxima, é uma das peças mais importantes para se montar o curioso quebra-cabeça que constitui o pensamento lockeano; afinal, todos e quaisquer esforços empreendidos principalmente por Locke em seu *Ensaio* convergem para um só fim: tratar da problemática do conhecimento (que, por sua vez, conflui para a problemática educacional). Assim sendo, faz-se necessário apresentar a definição saída da pena do próprio Locke sobre o que ele entende por tal:

Parece-me que o *conhecimento* não é outra coisa senão a *percepção da conexão e do acordo*, ou do *desacordo e da oposição em quaisquer das nossas ideias*. É só nisto que ele consiste. Onde esta percepção estiver, há conhecimento, e onde não estiver, nós não poderemos chegar ao conhecimento, embora possamos imaginar, conjecturar ou acreditar (LOCKE, 2005, p. 719 – grifos do autor).

Conforme essa citação, Locke, além de distinguir o conhecimento da imaginação, da conjectura e da crença, define-o principiando pela categoria ‘percepção’, a qual já foi abordada pelo presente estudo; em seguida, o filósofo recorre a outros quatro termos (conexão ou acordo, desacordo ou oposição); tratando os dois primeiros como sinônimos entre si, bem como os dois últimos. Apesar de não se preocupar em defini-los, ele, por um lado, trata de explicitar de quais tipos podem ser, ocupando-se, por outro lado, de definir tal tipologia, constituindo-os, assim, em categorias do seu pensamento.

As espécies de acordo ou de desacordo que menciona são quatro, a saber: ‘identidade’ ou ‘diversidade’¹; ‘relação’²; ‘coexistência’ ou ‘conexão necessária’³; ‘existência real’⁴.

Além de sugerir a sua própria definição de conhecimento, Locke também se empenha em examinar outras acepções desse termo. Assim, antes de expor os graus de conhecimento defendidos por ele, eis que ele se dedica a explanar sobre outras formas pelas quais o conhecimento é concebido; são elas: ‘conhecimento atual’ e ‘conhecimento habitual’. Conhecimento atual é a categoria pela qual Locke designa “a percepção presente que o espírito tem do acordo ou do desacordo de algumas das suas ideias ou da relação que elas têm umas com as outras” (LOCKE, 2005, p. 725), isto é, trata-se do conhecimento que consiste na percepção que a mente tem em um dado momento atual ou presente de sua atividade. Em relação ao conhecimento habitual, tem-se que tal categoria expressa, segundo Locke, aquele conhecimento que ocorre quando:

um homem conhece uma proposição quanto esta proposição esteve uma vez presente no seu espírito e ele percebeu evidentemente o acordo ou o desacordo das ideias de que ela é composta e a fixou de tal maneira na sua memória que, todas as vezes que volte a reflectir sobre esta proposição, e a vê-la sempre sob o seu verdadeiro ponto de vista, sem dúvida, nem hesitação, lhe dá o seu assentimento, e está seguro da verdade que ela contém. É o que se pode chamar, segundo a minha opinião, *conhecimento habitual* (LOCKE, 2005, p. 725 – grifos do autor).

¹ Eis como Locke define as categorias ‘identidade’ e a ‘diversidade’: “Falemos da primeira espécie de acordo ou desacordo, isto é, *a identidade* ou *a diversidade*. O primeiro e principal acto do espírito, quando tem alguns sentimentos ou ideias, é de perceber as ideias que tem, e tanto quanto as percebe, de ver o que cada uma é, e, por esse meio, perceber também a sua diferença, e como uma não é a outra” (LOCKE, 2005, p. 720 – grifos do autor).

² A categoria ‘relação’ é assim conceituada por Locke: “A segunda espécie de acordo ou desacordo que o espírito percebe em qualquer uma das suas ideias pode, julgo eu, ser chamada *relativa* e não é outra coisa senão a percepção da relação entre duas ideias, qualquer que seja a sua espécie, quer sejam substâncias, modos ou quaisquer outras” (LOCKE, 2005, p. 721 – grifos do autor).

³ Em relação à categoria denominada ‘coexistência’ ou ‘conexão necessária’, Locke define-a nos seguintes termos:

A terceira espécie de acordo ou desacordo que se encontra nas nossas ideias, e sobre a qual se exerce a percepção do espírito, é a *coexistência* ou *não coexistência*, no *mesmo objecto*, e isto pertence particularmente às substâncias. Assim, quando declaramos a respeito do ouro que é não-volátil, o conhecimento que temos desta verdade reduz-se unicamente a isto: que a não volatilidade ou o poder de permanecer no fogo sem se consumir é uma ideia que se encontra sempre junta com esta espécie particular de cor amarela, peso, fusibilidade, maleabilidade e solubilidade em *aqua regia*, que forma a nossa ideia complexa que designamos pela palavra *ouro* (LOCKE, 2005, p. 722 – grifos do autor).

⁴ Quanto à categoria ‘existência real’, assim Locke discorre sobre ela:

A quarta e última espécie é a de uma *existência actual e real* que concorda com qualquer ideia. Dentro destas quatro espécies de acordo ou desacordo está, suponho eu, contido todo o conhecimento que temos ou que poderemos ter. Pois todas as investigações que possamos fazer relativas a qualquer das nossas ideias, tudo o que nós conhecemos ou podemos afirmar relativo a qualquer delas é que ela é, ou não é, a mesma que uma outra; que ela coexiste ou não coexiste sempre com qualquer outra ideia, no mesmo objecto; que ela mantém esta ou aquela relação com qualquer outra ideia; ou que ela tem uma existência real fora do espírito (LOCKE, 2005, p. 722-723 – grifos do autor).

Assim sendo, nota-se que o conhecimento habitual é o conhecimento que consiste no registro que a mente faz através da memorização da percepção, ou seja, é o conhecimento que é franqueado à mente através da sua faculdade mnemônica, o que leva à conclusão de que, sem a memória, não seria possível falar em tal acepção de conhecimento. Locke ainda aborda dois graus de conhecimento habitual, fazendo-o nos seguintes termos:

Há também, vulgarmente falando, dois graus de conhecimento habitual. [§] Um diz respeito àquelas verdades armazenadas na memória que, todas as vezes que vêm ao espírito, este vê a relação existente entre essas ideias. Isto é o que se encontra em todas as verdades das quais temos um conhecimento intuitivo, onde as próprias ideias descobrem, por uma visão imediata, o acordo ou o desacordo que há entre elas. [§] O segundo grau do conhecimento habitual pertence àquelas verdades de que o espírito, quando dói alguma vez convencido, *retém a memória da convicção sem as provas* (LOCKE, 2005, p. 725-726 – grifos do autor).

Prosseguindo em sua tarefa de discorrer acerca do conhecimento, Locke expõe que ele possui três graus, que são por ele designados pelas seguintes categorias: ‘conhecimento intuitivo’ (ou, simplesmente, ‘intuição’), ‘conhecimento demonstrativo’ (ou, simplesmente, ‘demonstração’) e ‘conhecimento sensitivo’.

Em se tratando do conhecimento intuitivo, tem-se a declarar que tal grau de conhecimento ocorre, conforme Locke, nas seguintes circunstâncias:

Se reflectirmos sobre a nossa maneira de pensar, veremos que algumas vezes o espírito se apercebe do acordo ou desacordo de duas idéias *imediatamente por elas próprias* sem a intervenção de uma outra, o que, eu penso, se pode chamar *conhecimento intuitivo* (LOCKE, 2005, p. 729 – grifos do autor).

Em se considerando o conhecimento demonstrativo, percebe-se que se trata do grau de conhecimento no qual “a mente percebe mediatamente a conexão ou a desconexão entre duas ou mais idéias, ou seja, em se percebendo o acordo ou o desacordo entre duas ou mais idéias, há o intermédio de uma idéia ou até mesmo mais de uma” (BATISTA, 2003, p. 61). Tal grau de conhecimento ocorre devido à insuficiência da mente em sempre perceber o acordo ou o desacordo entre as suas idéias de forma imediata. Assim sendo:

quando o espírito não pode juntar as suas ideias para perceber o seu acordo ou desacordo, por meio de uma imediata comparação, e por assim dizer justapondo-as ou aplicando-as umas às outras, é então obrigado a servir-se *da intervenção de outras idéias* (uma ou mais, conforme o caso) para descobrir o acordo ou o desacordo que procura; e isto é o que chamamos *demonstração* (LOCKE, 2005, p. 730-731 – grifos do autor).

A demonstração consiste, pois, no grau de conhecimento que requer, segundo Locke, a categoria que ele denominou ‘prova’⁵, a qual, consoante o parecer de Yolton, atua no seguinte âmbito:

O conhecimento demonstrativo para Locke envolve a intuição do acordo ou desacordo de idéias. Essa intuição necessita, com frequência, ser mediada por outras idéias que ligam as idéias entre as quais estamos tentando discernir a conexão. A essas idéias intervenientes, as idéias que fazem a mediação entre duas outras idéias, deu Locke o nome de “provas” (*Ensaio*, 4.2.3.7). A “prova” da conexão entre uma idéia e outra reside em alguma idéia que está imediatamente relacionada com cada uma das idéias sob exame (YOLTON, 1996, p.216 – grifo do autor).

O conhecimento demonstrativo, além de envolver, sobretudo, a categoria ‘prova’, também envolve outra categoria, a saber: a ‘proposição’. Conforme o comentário feito por Yolton acerca dessa categoria utilizada por Locke:

A junção ou separação de sinais faz uma proposição. Como para Locke existem duas espécies de sinais, idéias e palavras, há correspondentemente duas espécies de proposição: mental e verbal. A primeira espécie de proposição “*nada mais é do que uma simples consideração das idéias tal como se encontram em nossas mentes, despidas de nomes*” (*Ensaio*, 4.5.3). As proposições mentais são produzidas “em nossos entendimentos” sem o uso de palavras; as idéias que são os componentes das mentais são “*reunidas ou separadas*”, pela mente que percebe ou julga a respeito de seu acordo ou desacordo” (4.5.5). É difícil trabalhar somente com proposições mentais, uma vez que usamos palavras para falar ou pensar sobre elas. É difícil não colocar palavras em nossas idéias. *Somos capazes de formar algumas idéias sem palavras; por exemplo, idéias simples como branco, preto, doce ou amargo, triângulo ou círculo; mas ao fazer proposições sobre idéias complexas “substituímos usualmente a idéia pelo nome”* (4.5.4). Apesar dessas dificuldades, Locke não quer renunciar à noção de que existem proposições mentais. Fazê-lo não estaria longe de negar a existência de idéias, pelo menos, de idéias complexas (YOLTON, 1996, p. 203 – grifos do autor).

Em se considerando a categoria ‘proposição’, há que se remeter à categoria ‘sinal’, uma vez que são os sinais que constituem as proposições, conforme se depreende da citação acima. De acordo com o que se pode inferir do pensamento lockeano, os sinais são, em princípio, “os dispositivos mentais pelos quais a mente estabelece o vínculo entre as idéias e as coisas” (BATISTA, 2003, p. 62), isto é, os sinais são ideias secundárias, feitas para se remeter às ideias primárias dos objetos que se encontram na mente, seja via da sensação, seja via da reflexão, seja por via de ambas simultaneamente; por exemplo, tome-se a palavra ‘cavalo’; esta é um sinal, pois se refere à ideia que representa na mente o objeto ‘cavalo’, de sorte que além de designar aquelas ideias que fazem remissão a ideias anteriores, em âmbito mental, os sinais também constituem a base do processo de comunicação entre os seres humanos, processo esse através do qual os seres humanos interagem entre si (Cf. BATISTA, 2003, p. 63). Os sinais constituem, pois, para o ser humano, “símbolos das ideias que tem no espírito, a fim de

⁵ “Essas ideias intermediárias que servem para mostrar o acordo de duas outras, são chamadas *provas*; e quando por meio destas provas se apercebe distinta e claramente o acordo ou o desacordo das idéias, a isto chama-se *demonstração*; sendo esta demonstração *mostrada* ao entendimento, o espírito vê que isto é assim” (LOCKE, 2005, p. 731 – grifos do autor).

estas poderem ser, por tal meio, manifestadas aos outros, e os pensamentos dos homens poderem ser transmitidos entre eles” (LOCKE, 2005, p. 541). Todavia, há que se observar que, conforme ressalva Locke, nem todos os sinais servem para se referir a uma ou a mais ideias, haja vista que existem sinais (palavras) que são empregadas pelos seres humanos e que designam nenhuma ideia, mas sim a sua ausência:

Além destes nomes que significam ideias, há outras palavras que o homem emprega, não para significar qualquer ideia, mas a falta ou a ausência de uma certa ideia simples ou complexa, ou de todas as ideias conjuntamente, como, por exemplo, as palavras *nada*, *ignorância*, *esterilidade*. Não se pode dizer que todas estas palavras negativas ou de privação não pertençam ou signifiquem qualquer ideia, porque, nesse caso, seriam sons sem sentido; mas, reportando-se a ideias positivas, designam a sua ausência (LOCKE, 2005, p. 542 – grifos do autor).

A abordagem lockeana acerca dos sinais é um elo de vital importância para se compreender não apenas outras categorias de seu pensamento, mas o seu pensamento como um todo. Em relação às categorias que estão vinculadas de maneira mais próxima à categoria *sinal*, elas são: ‘linguagem’ e ‘verdade’ (que serão abordadas nos próximos tópicos).

Considerando-se o conhecimento sensitivo, tem-se que se trata de uma categoria que expressa o grau de conhecimento que consiste na percepção da existência particular de objetos externos, percepção essa que se encontra entre a certeza imediata da intuição e a probabilidade⁶ mediata da demonstração, sendo, pois diferente de ambas. Ao se referir ao conhecimento sensitivo, Locke fá-lo nos seguintes termos:

À luz dessa citação, verifica-se que, no que tange ao fato de estar mais próximo da certeza (estado em que a percepção torna-se conhecimento indubitável) e da evidência (estado em que a percepção torna-se conhecimento claro e distinto), o conhecimento sensitivo encontra-se entre o

⁶ Aqui se faz necessário trazer à baila a definição de uma outra categoria apresentada por Locke, a saber, a categoria ‘probabilidade’:

Tal como *demonstrar* é mostrar o acordo ou desacordo de duas ideias, pela intervenção de uma ou mais provas, que têm uma constante, imutável e visível ligação de uma com a outra, assim a *probabilidade* não é outra coisa senão a aparência de tal acordo ou desacordo, pela intervenção de provas, cuja conexão não é constante e imutável, ou, pelo menos, não se percebe que o seja, mas é, ou parece de um modo geral ser assim, e basta para induzir a mente a julgar a proposição verdadeira ou falsa, mais do que o contrário (LOCKE, 2005, p. 909 – grifos do autor).

Na realidade, o espírito tem ainda da existência particular dos seres finitos fora de nós uma outra percepção, que indo para além da simples probabilidade, mas não atingindo perfeitamente nenhum dos precedentes graus de certeza, passa sob o nome de conhecimento. [...] É por isso que, julgo eu, podemos acrescentar às duas espécies anteriores de conhecimento também a que diz respeito à existência de objectos particulares exteriores, em virtude desta percepção e conhecimento que temos da entrada das ideias que nos vêm destes objectos, e, assim, podemos admitir estes três graus de conhecimento, a saber: o intuitivo, o demonstrativo e o sensitivo, em cada um dos quais há diferentes graus e meios de evidência e de certeza (LOCKE, 2005, p. 738-739 – grifos do autor).

conhecimento intuitivo e o conhecimento demonstrativo, pois sendo o conhecimento sensitivo, por um lado, inferior à intuição (pelo fato de não possuir os mesmos níveis de certeza e de evidência que ela), é, por outro lado, superior à demonstração (considerando-se que se encontra em um patamar no qual a sua certeza e a sua evidência são superiores àquelas que se fazem presentes na demonstração). Assim sendo, Locke estabelece uma hierarquia entre os três graus ou modos de conhecimento, de acordo com o seu grau de certeza mais ou menos imediata, hierarquia essa que poderia ser expressa nestes termos: no supremo patamar, a intuição, cuja certeza é incontestável, por ser imediatamente evidente; no patamar intermediário, o conhecimento sensitivo, cuja característica é ser mais incerto que a intuição e menos duvidoso que a demonstração, não sendo mais tão imediato quanto a intuição nem carecendo de tantas provas quanto a demonstração; no ínfimo patamar, a demonstração, cuja certeza é a menos imediata em relação aos demais (intuição e conhecimento sensitivo), já que se trata do tipo de conhecimento que mais carece de provas, o que faz dele o conhecimento que não é imediatamente evidente (Cf. BATISTA, 2003, p. 65).

Depois de abordar os tipos e os graus de conhecimento, Locke trata de explicitar que o ato de conhecer é algo circunscrito ao âmbito das ideias, haja vista que:

Considerando o conhecimento, como já se disse, na percepção do acordo ou desacordo das nossas ideias, daí resulta, primeiramente, que não podemos ter conhecimento senão enquanto temos *ideias*. [§] Em segundo lugar, que só podemos ter conhecimento enquanto temos a *percepção* desse acordo ou desacordo. Essa percepção é: 1.º Ou por *intuição*, isto é, pela comparação imediata de duas ideias; 2.º ou por *razão*, examinando o acordo ou desacordo de duas ideias, pela intervenção de algumas outras; 3.º ou por *sensação*, percebendo a existência de coisas particulares. [§] Donde se segue, em terceiro lugar, que nós não podemos ter um *conhecimento intuitivo* que se estenda a todas as nossas ideias e a tudo o que quereríamos saber acerca delas, porque não podemos examinar e perceber todas as relações que elas mantêm umas com as outras, por justaposição, ou comparação imediata de uma com a outra. [...] [§] Em quarto lugar [...] o nosso *conhecimento racional* não pode abranger toda a extensão das nossas ideias porque, entre duas ideias que queremos examinar, não encontramos sempre ideias intermediárias que possamos ligar, umas com as outras, por um conhecimento intuitivo, em todas as partes da dedução; e, onde quer que isso falte, falta-nos também o conhecimento e a demonstração. [§] Em quinto lugar, como o *conhecimento sensitivo* não se estende para além da existência das coisas que se apresentam aos nossos sentidos, é muito mais limitado do que os dois precedentes. [§] Em sexto lugar, de tudo isto se segue evidentemente que a extensão do nosso conhecimento fica não só aquém da realidade das coisas, mas mesmo da extensão das nossas próprias ideias (LOCKE, 2005, p. 741 – grifos do autor).

Desse modo, não é possível, por um lado, conhecer além das ideias que se têm, apesar de ser possível, por outro lado, conhecer aquém das ideias tidas em mente, uma vez que o conhecimento não somente está condicionado à percepção das ideias, mas, sobretudo, consiste exatamente nisso. Consequentemente, as ideias são as balizas que determinam a extensão do conhecimento, delimitando, pois, não somente aquilo que faz parte da esfera do conhecer, mas também aquilo que do mesmo não faz parte. Tal afirmação é indispensável para se entender a distinção feita por Locke entre

conhecimento e opinião ou entre conhecimento ou fé/crença, categorias essas (opinião e fé/crença) que serão abordadas a seguir. Antes, porém, é preciso frisar que, em se tratando de expor a extensão do conhecimento, Locke enfatiza que, apesar do conhecimento não transcender as ideias que lhe dão suporte, isso não faz com que a sua natureza seja conforme a natureza das ideias:

Mas uma vez que o nosso conhecimento é fundado e usado somente sobre as nossas ideias, daqui não se seguirá que ele seja conforme às nossas ideias, e que onde nossas ideias forem claras e distintas, ou obscuras e confusas, o nosso conhecimento será também assim? A isso respondo: não, pois como o nosso conhecimento consiste na percepção do acordo ou desacordo que há entre duas ideias, a sua clareza, ou a sua obscuridade, consiste na clareza, ou na obscuridade, dessa percepção, e não na clareza ou obscuridade das próprias ideias (LOCKE, 2005, p. 740).

As considerações elaboradas por Locke acerca do conhecimento convergem para o fato de que é preciso concebê-lo como algo diferente daquilo que ele denomina opinião e fé, razão pela qual essas não devem ser com ele confundidas. Por via de consequência, Locke vê-se obrigado a apresentar as suas definições acerca da opinião e da fé, o que faz delas categorias epistemológicas e, no caso da *fé*, categorias teológicas de seu pensamento, motivo pelo qual ela será tratada de maneira mais minuciosa quando serem passadas em revistas as categorias teológicas lockeanas.

O denominador comum do qual se serve Locke para abordar opinião e fé é o fato de que ambas estão excluídas tanto do âmbito da intuição quanto do âmbito da demonstração⁷; logo, não são conhecimento; com isso, Locke pretende expulsar da filosofia toda e qualquer forma de dogmatismo⁸. Todavia, isso ainda não é suficiente para precisar o seu significado, o que requer, da parte de Locke, uma explicitação mais exata.

Para definir a categoria ‘opinião’, Locke chama a atenção para o fato de que, na mente, a faculdade de conhecer (conhecimento) e a faculdade de julgar (juízo) não são as mesmas, pois conhecimento e juízo, também entendidos como as respectivas atividades dessas duas faculdades mentais, não se identificam, apesar de serem interconectados pela faculdade racional (razão). Destarte, a diferença entre um e outro reside nisto:

O conhecimento (entendido não como resultado mas como atividade mental) implica a percepção do acordo ou desacordo entre idéias. O julgamento [isto é, o juízo] corresponde ao ato de relacionar idéias quando

⁷ Locke afirma que: “Estes, isto é, a intuição e a demonstração, são os dois graus do nosso *conhecimento*. O que não puder reportar-se a um dos dois, seja qual for a segurança com que se receba, é apenas *fé* ou *opinião* mas não conhecimento, pelo menos relativamente a todas as verdades gerais” (LOCKE, 2005, p. 738 – grifos do autor).

⁸ Tal termo aqui é entendido à luz de uma de suas várias concepções que, segundo Abbagnano, o qual, apoiando-se na concepção kantiana, no verbete intitulado DOGMATISMO, escreve que o mesmo “consiste em aventurar-se a razão em pesquisas que estão fora de sua alçada, por estarem além da esfera da experiência possível” (ABBAGNANO, 2003, p. 293).

o acordo ou desacordo entre elas não é percebido pelo entendimento mas simplesmente suposto (TADIÉ, 2005, p. 157).

A separação entre conhecimento e juízo faculta a Locke circunscrever a opinião à esfera do juízo, atividade que também consiste em “pensar ou supor que duas ideias concordam ou discordam, pela intervenção de uma ou mais, cuja concordância ou discordância com elas não se percebe mas se tem observado ser *frequente e habitual*” (LOCKE, 2005, p. 950 – grifos do autor). Desse modo, o juízo é uma faculdade mental que opera não em nível de certeza, mas sim em nível de probabilidade; conseqüentemente, a opinião também será condicionada por ela. Assim sendo, a opinião é o resultado da operação do juízo acerca daquilo que é apenas provável ou, dito pelo próprio Locke:

A probabilidade é a verossimilhança de que uma coisa seja verdadeira; o termo indica mesmo uma proposição para a qual existem argumentos ou provas que permitem que ela seja recebida como verdadeira. A consideração que o espírito dá a esta espécie de proposições chama-se *crença, assentimento* ou *opinião*, que é o admitir ou receber qualquer proposição como verdadeira, em vista de argumentos ou provas que permitem persuadir-nos a recebê-la como verdadeira, sem o certo conhecimento de que o seja. E nisto está a diferença entre *probabilidade* e *certeza, fé e conhecimento* (LOCKE, 2005, p. 910-911 – grifos do autor).

3 A QUESTÃO DA LINGUAGEM EM JOHN LOCKE

A linguagem é concebida por Locke como a capacidade que Deus conferiu ao ser humano para que este não apenas pudesse viver em sociedade⁹, mas para que pudesse interagir, por meio dela, com os seus semelhantes, seja expressando seus próprios pensamentos, seja internalizando pensamentos alheios¹⁰. Além disso, a linguagem presta-se também à instrução e ao conhecimento do ser humano¹¹ – daí a sua imprescindibilidade no processo educativo, uma vez que, devendo o gentil-homem ser educado para viver em sociedade, sua educação (que se faz, principalmente, por meio da linguagem) dará provas de sua eficácia se o mesmo nela souber viver bem (ou seja, virtuosamente) na sociedade em que estiver inserido e, para sua conduta virtuosa ser reconhecida pelos seus pares, é indispensável

⁹ Assim se expressa Locke:

Deus, ao criar o homem para ser uma criatura sociável, não somente lhe inspirou o desejo e lhe inculcou a necessidade de viver com os da sua espécie, como, além disso, lhe deu a faculdade de falar, para que a linguagem fosse o grande instrumento e o elo de união da sociedade. É por isso que o homem tem naturalmente órgãos aptos a formar os sons articulados a que chamamos palavras (LOCKE, 2005, p. 541).

¹⁰ Dito pelas palavras de Locke:

Embora o homem possua uma grande diversidade de pensamentos, a tal ponto que os outros e ele próprio podem disso tirar proveito e prazer, estão, no entanto, todos eles fechados no seu espírito, invisíveis e escondidos, não podendo por si sós aparecer. Tal como não saberíamos usufruir das vantagens nem das comodidades da sociedade sem uma comunicação de pensamentos, da mesma maneira era necessário que o homem inventasse alguns sinais exteriores e sensíveis pelos quais estas ideias invisíveis, de que se compõem os seus pensamentos, pudessem ser manifestadas aos outros (LOCKE, 2005, p. 545).

¹¹ Cf. LOCKE, 2005, p. 544.

que saiba servir-se dos vários recursos disponibilizados pela linguagem a fim de expressar-se da maneira que melhor convém a um cavalheiro.

4 A QUESTÃO DA VERDADE EM JOHN LOCKE

Em relação à categoria ‘verdade’, uma das maiores e mais antigas indagações filosóficas, Locke define-a nos seguintes termos:

Parece-me então que a verdade não é outra coisa, segundo a significação própria da palavra, senão *a união ou a separação de sinais, conforme as coisas significadas por elas concordem ou discordem entre si*. A união ou separação de sinais aqui significada é o que nós chamamos por outro nome: *proposição*; de maneira que a verdade pertence propriamente só às proposições. Há duas espécies delas, a saber: mentais e verbais; como também há duas espécies de sinais de que nos servimos vulgarmente, a saber: as ideias e as palavras (LOCKE, 2005, p. 791 – grifos do autor).

De acordo com essa citação, percebe-se que, para Locke, a verdade não é apenas uma questão epistemológica de caráter metafísico ou ontológico, ético ou moral, mas sim uma questão linguística e semântica, ou seja, é um problema de significação terminológica, que consiste não na realidade, tampouco na representação que dela se faz na mente por intermédio das ideias, mas sim no acordo ou no desacordo entre os termos (sinais) que as representam. Assim sendo, afirmar que, por exemplo, ‘um centauro é um ser mítico feito metade homem, metade cavalo’, é tão verdadeiro quanto afirmar que ‘o triângulo é uma figura de três lados’, já que, em cada uma das proposições, existe um acordo entre os seus sinais, franqueado pela concordância que mantêm entre si. Contudo, Locke admite que a verdade também possui caráter metafísico e moral, o que se comprova com a seguinte citação:

Além da verdade tomada no rigoroso sentido atrás mencionado, há outras espécies de verdades. Uma delas é a verdade moral, que consiste em falar das coisas segundo a convicção do nosso espírito, embora a proposição que pronunciamos não concorde com a realidade das coisas. Outra é a verdade metafísica que mais não é do que a existência real das coisas, conformes com as ideias às quais ligámos os seus nomes (LOCKE, 2005, p. 797).

De acordo com o que se pode inferir do recorte aqui feito no tocante à abordagem lockena acerca da problemática da verdade, verifica-se que ele dela trata não apenas como uma questão teórica, mas, principalmente, como uma questão prática, uma vez que a concebe como o critério máximo que deve ser adotado para que o ser humano norteie tanto os seus pensamentos quanto as suas ações. Assim sendo, o valor da verdade para Locke repousa no fato de que, por seu intermédio, chega-se ao conhecimento correto da realidade, do mesmo modo que é através dela que se executa a ação moral devida; esse estatuto epistemológico e ético conferido à verdade por Locke possibilita-lhe fazer dela uma fortíssima aliada no processo de construção e de estabelecimento da sua filosofia.

5 CONCLUSÃO

Ao tratar da questão do conhecimento, John Locke é levado a tratar da questão da linguagem, uma vez que, perceber a existência ou não de conexão entre as ideias é algo que se faz por intermédio da linguagem e, ao tratar da linguagem, o filósofo remete-se à questão da verdade, pois unir e separar sinais a serem utilizados linguisticamente é imperativo para que se chegue ao conhecimento. Assim, a relação entre conhecimento, linguagem e verdade pode ser descrita da seguinte maneira: o conhecimento é processado e expresso pela linguagem, a qual, por sua vez, requer o conhecimento como matéria de construção e de comunicação; a verdade é aquilo que consiste na adequação entre o conhecimento e a linguagem, ou seja, é aquilo que traduz a concordância entre aquilo que se percebe e aquilo que se expressa.

A teoria do conhecimento proposta por John Locke vincula-se, pois, à sua teoria da linguagem, que, por sua vez, associa-se à sua teoria da verdade, de modo que tais teorias, embora possam ser tratadas separadamente, são, com efeito, complementares, considerando-se que se apoiam entre si, pois o conhecimento oferece conteúdo à linguagem, que oferece veiculação a conhecimento; ambos só se validam pela verdade, a qual requer o conhecimento como fundamento e a linguagem como expressão.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BATISTA, G. A. Uma abordagem sobre o pensamento educacional e pedagógico de John Locke. 2003. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2003.

LOCKE, J. Ensaio Sobre O Entendimento Humano. Lisboa: Fundação Calouste-Gulbenkian, 2005. 2 vols.

TADIÉ, A. Locke. São Paulo: Estação Liberdade, 2005. (Figuras do Saber)

YOLTON, J. W. Dicionário Locke. Rio de Janeiro-RJ: Jorge Zahar Editor, 1996.